

**HABEAS CORPUS Nº 561.504 - RJ (2020/0034751-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : PEDRO HENRIQUE BARBOSA DE ALMEIDA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FLAVIO MENDONÇA DE QUADRO - RJ203678  
PEDRO HENRIQUE BARBOSA DE ALMEIDA - RJ225083  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : PAULO ALVES CALAZANS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 179):

Habeas Corpus. Constrangimento ilegal que se alega porquanto foi negado ao paciente o direito de recorrer em liberdade, em decisão carente de fundamentação. Liminar indeferida. Parecer ministerial pela denegação da ordem. 1. Paciente condenado pela prática do delito descrito no artigo 35, da Lei nº 11.343/06, a 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 1.750 (mil setecentos e cinquenta) dias-multa, em regime fechado. Não lhe foi permitido recorrer em liberdade. 2. Verifica-se que a sentença foi plenamente motivada, não padecendo de qualquer vício, visto que possui a fundamentação exigida pela Constituição da República e pela lei. Além disso, segundo se colhe dos autos, o paciente permaneceu preso durante toda a instrução criminal, e contra ele foi prolatada uma decisão condenatória. 3. A autoridade apontada como coatora determinou a expedição da Carta de Execução de Sentença Provisória para a Vara de Execuções Penais. Assim, a defesa do paciente poderá postular no Juízo competente os eventuais direitos assegurados na Lei 7.210/84. 4. Não são identificados quaisquer atos ilegais ou arbitrários. 5. Ordem denegada.

Consta dos autos condenação do paciente pela prática do crime tipificado no art. 35 da Lei 11.343/2006, à penas 7 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, e 1750 dias-multa.

Argumenta o impetrante, em suma, a falta de indícios da prática do crime, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP e excesso de prazo, bem como desproporcionalidade em comparação com futuro provimento condenatório, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão de *habeas corpus* para revogar a custódia ou impor cautelares diversas.

Na origem, no processo n. 0059314-13.2017.8.19.0021, oriundo da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias/RJ, está em fase de intimação dos réus da sentença, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do

Tribunal *a quo* em 1/4/2020.

A liminar foi indeferida (fls. 194-198).

As informações foram prestadas (fls. 204-264).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo não conhecimento da ordem, caso conhecida, pela denegação.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa a revogação da prisão preventiva com ou sem imposição de medidas cautelares alternativas.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Quanto à desproporcionalidade, a superveniência da sentença, na qual se fixou o regime fechado para o cumprimento da pena, torna superada a alegação.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do édito prisional cautelar (fls. 71/72):

[...] Em verdade, as informações carreadas aos autos dão conta, ainda que em tese, da prática de crime gravíssimo de associação para o tráfico.

O tráfico de drogas no município de Duque de Caxias é dominado pela facção criminosa autodenominada "comando vermelho", cuja perniciosidade social é notória, sendo certo que as informações colhidas em sede inquisitorial indicam que o comércio ilegal é realizado de forma intensa, movimentando-se elevados valores, mediante emprego de farto armamento, inclusive com a utilização de fuzis de grosso calibre.

Em verdade, no mínimo encontra-se presente no caso o *periculum libertatis* decorrente da vulneração da ordem pública. O crime de tráfico de drogas e, por consequência, o de associação para tal fim, como bem se sabe, são um mal que assola a sociedade, afetando diretamente a saúde pública. Há também que se considerar que ao redor do crime de traficância, circulam outros, satélites, que ora servem para fomentar, ora servem para dissimular as rendas ilícitas derivadas da atividade perniciosa. Nesse sentido, não há como deixar de se constatar a grave repercussão de ordem social que o tráfico de drogas impõe à sociedade, afastando a tranquilidade e a paz públicas que são escopos do Estado.

[...]

**Na forma da promoção ministerial, são fartos os indícios de que os ora**

**denunciados integram uma temida e complexa organização criminosa voltada para a prática do tráfico de drogas, bem como de outros crimes de igual gravidade.**

Nessa esteira, forçoso concluir a necessidade de suas custódias cautelares para garantia da ordem pública, uma vez que, segundo consta dos autos, a prática criminosa nas comunidades dominadas pela organização criminosa em epígrafe se dá, em tese, de maneira ininterrupta.

As liberdades dos denunciados, assim, impõem sério risco de vulneração da ordem pública, uma vez que a possibilidade de reiteração criminosa é concreta, pois não se deve esperar que traficantes, no seio de suas comunidades, deixem de praticar o comércio ilícito de entorpecentes.

Não se deve olvidar, também, que as custódias dos denunciados são necessárias para a garantia da correia instrução criminal, uma vez que há risco concreto de perda, destruição ou ocultação de provas, além de interferências indevidas no ânimo das testemunhas, que ainda serão ouvidas por ocasião da instrução criminal.

Tais fatos revelam que a custódia dos denunciados é necessária para a garantia da correta instrução criminal, uma vez que é preciso garantir às testemunhas tranquilidade necessária para que prestem seus depoimentos em Juízo.

A aplicação da Lei Penal também deve ser garantida com as restrições das liberdades dos denunciados. Trata-se de denúncia que imputa a prática de crime gravíssimo, sendo certo que, em caso de eventual condenação, as penas poderão atingir patamares elevados desestimulando-se as apresentações espontâneas dos Réus para eventual execução de suas penas.

**Há que se reconhecer, ademais, a periculosidade e a perniciosidade social das atividades, em tese, desenvolvidas pela organização criminosa integrada pelos denunciados. Assim, imperiosa a decretação de suas custódias cautelares ante o risco concreto de vulneração da ordem pública, da garantia da correta instrução criminal e da aplicação da Lei Penal.**

[...]

Entendo, assim, presentes o *periculum libertatis*, decorrente da necessidade de preservação da ordem pública, da garantia da instrução criminal e aplicação da Lei Penal, bem como o *fumus commissi delicti* que se extrai das fartas informações colhidas até o presente momento e que indicam a prática dos crimes e indícios de suas autorias, haja vista que além da preocupação quanto à reiteração criminosa, impõe-se a proteção das testemunhas que colaboraram com a persecução penal bem como a garantia de que a prestação jurisdicional será efetivamente entregue. [...]

Por sua vez, verifica-se da sentença os seguintes fundamentos (fls. 175/176):

[...] Nego a todos os acusados que AINDA SE ENCONTRAM PRESOS NESTES AUTOS, com exceção dos RÉUS MARCO ANTÔNIO SILVA LOUREIRO, ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS FOLI E JORGE ALEX PEREIRA DE LIMA - ÚNICOS ACUSADOS BENEFICIADOS COM A CONVERSÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVAS DE DIREITO O DIREITO DE APELAREM EM

LIBERDADE.

Nego aos acusados que não tenham sido soltos por meio de habeas corpus e com exceção também dos réus MARCO ANTÔNIO SILVA LOUREIRO. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS FOLI e JORGE ALEX PEREIRA DE LIMA - ÚNICOS ACUSADOS BENEFICIADOS COM A CONVERSÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA EM RESTRITIVAS DE DIREITO O DIREITO DE APELAREM EM LIBERDADE, pois responderam presos ao processo e, além do mais, **a manutenção das custódias cautelares se impõe para a garantia da ordem pública**, pois, caso sejam prematuramente soltos, certamente retornarão à vida criminosa, inclusive por se sentirem incentivados, na impressão de que nada de extraordinário lhes aconteceu. Recomendo-os na prisão em que se encontram.

Os acusados acima esmiuçados, portanto, não poderão recorrer em liberdade, já que o *fumus commissi delicti* é revelado pela sentença condenatória recorível prolatada, atingindo ares de certeza, ainda que sob eventual condição resolutiva.

**O periculum libertatis igualmente salta aos olhos, não só diante da relevante condenação imposta, mas por ser necessária a cautela também para a garantia da aplicação da lei penal, não tendo havido qualquer modificação fática na situação pessoal dos agora apenados.**

Forçoso destacar a gravidade dos crimes perpetrados e a quantidade da pena privativa de liberdade aplicada aos referidos réus, a recomendar **a manutenção da prisão cautelar imposta, até mesmo para a garantia da ordem pública, posto que subsistem os motivos determinantes das custódias cautelares, tal como previsto nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, devendo os específicos réus. portanto, aguardarem detidos o trânsito em julgado da presente sentença.**

Com efeito, a manutenção da prisão processual, na visão deste Juiz Titular, mostra-se realmente necessária para a garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça, em razão da extrema gravidade dos crimes, da intensidade do dolo com que foram cometidos e da repercussão que causou e causa no meio social, salientando-se que a prisão cautelar ora em análise não tem como único e exclusivo objetivo prevenir a prática de novos crimes por parte do agente, como exaustivamente tem sido ressaltado pela doutrina e jurisprudência pátrias, já que evitar a reiteração criminosa constitui apenas um dos aspectos desta espécie de custódia cautelar. tanto é assim que o Colendo Supremo Tribunal Federal já admitiu esse fundamento como sendo também suficiente para a manutenção de decreto de prisão preventiva. Neste sentido, confira-se (STF, HC 85298-SP, 1ª Turma, rei. Min. Carlos Aires Brito. julg. 29.03.2005).

A manutenção da custódia cautelar dos réus acima nominados (que ainda se encontrem presos preventivamente) se mostra recomendável para assegurar a aplicação da lei penal, mas também para preservar a credibilidade e a respeitabilidade do Poder Judiciário, as quais ficam extremamente abaladas caso. agora, quando já existe sentença, condenando os aludidos acusados pela prática de crimes tão graves, fosse concedido a eles. sem justa causa, benefício de liberdade provisória, não havendo que se falar em não

observância pelo julgador do princípio constitucional da presunção de inocência, já que este não impede a decretação ou mesmo a manutenção de prisões cautelares. conforme reiteradamente já se manifestaram os tribunais pátrios, inclusive os Colendos Superior Tribunal de Justiça. [...]

Conforme adiantado em sede liminar, consta do decreto prisional, ratificado na sentença, fundamentação concreta para segregação cautelar com esteio na participação do réu, ora paciente, em conhecida facção criminosa em nosso país denominada *Comando Vermelho*, voltada ao comércio ilícito de entorpecentes e outras atividades criminosas, organização esta que se espalhou por vários estados do território brasileiro, motivação suficiente para o indeferimento do direito de recorrer em liberdade.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes e presença de diversas frentes de atuação. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014.

Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Portanto, não há constrangimento ilegal a ser sanado.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator